

# GEOGRAFIA DA MODERNIDADE E GEOGRAFIA DA PÓS-MODERNIDADE

Amalia Inés Geraiges de Lemos

## RESUMO:

Este trabalho refere-se aos diferentes enfoques epistemológicos que a Geografia assume nestes dois momentos civilizatórios.

Parte-se desde os paradigmas impostos pela filosofia positivista e as formas de análise teóricas que se exigiam da Geografia (sr universal e geral em seus conteúdos), até os novos enfoques da relação sujeito-objeto, que admitem o único e o excepcional.

A aproximação do sujeito e do objeto permite pluralidades de enfoques e também de interpretações, ao que se dá por denominação de ciência pós-moderna.

Ao longo da exposição do trabalho procura-se ver os estudos geográficos inseridos numa visão hermenêutica e aceitando novas interpretações entre o local e a totalidade.

## PALAVRAS-CHAVE:

Geografia, modernidade, pós-modernidade, ciência, hermenêutica.

## ABSTRACT:

This text discusses different epistemological approaches that Geography assumes in these two civilizatory moments. It starts from the paradigms imposed by positivist philosophy and the theoretic analyse's forms Geography was required (to be universal and general its contents), to the new approaches about the relation subject-object that accept the unique and the exceptional.

The approximation between subject and object permits pluralities of approaches and even of interpretation which is nominated post modern science.

Along this exposition it's pursuit to see geographic studies under a hermeneutic vision, accepting new interpretations between local and totality.

## KEY WORDS:

Geography, modernity, post modernity, science, hermeneutic.

## Partindo dos Conceitos

A reflexão entre modernidade e pós-modernidade, que penetra diferentes campos teóricos no começo da década de 80, significa que se percebem mutações com referência a um aprofundamento das incertezas, a uma barbarização da história pela exacerbação da carência e da miséria humana, a que as velhas

verdades propostas pela ciência, já não mais respondem.

Neste final de século uma quantidade de termos são procurados pelos cientistas sociais para rotular o nosso tempo prenhe de mudanças, emergindo um novo tipo de sistema social: "sociedade de informação" "sociedade de consumo" "sociedade pós-industrial" entre outros, mas que sugerem o fim de um período.

A crise entre modernidade e pós-modernidade apresenta-se em relação às ideologias políticas, aos conceitos estéticos, aos raciocínios científicos, às concepções religiosas, críticas filosófica e cultural, enfim, em todo o espectro do conhecer.

“Nós, latino-americanos, com uma história violentamente empreendida no despontar do moderno através da conquista hispano-portuguesa, ficamos plenamente envolvidos nesta problemática, desde as nossas especificidades, desde a nossa memória e formas de ter participado dos códigos e paradigmas da modernidade: desde nossos antecedentes de sedução e de formar um juízo ao civilizatório que ela propôs.” (CASULLO, 1989, p. 12)

A própria essência de modernidade traz, no bojo, a idéia de ruptura com um mundo tradicional, com outra ordem, com outra cultura, que fôra sustentado na religião e seus dogmas. Um novo mundo, simbólico, produzirá essa ruptura com o triunfar da racionalidade.

Modernidade pode também, ser concebida como um valor determinante de assumir os princípios que fazem da história a realização da civilização. Urdanibia escreve: “A modernidade surgirá com a idéia de sujeito autônomo com a força da razão e com a idéia de progresso histórico para um brilhante final na terra.” Continua, o autor, afirmando que a tese central do pensamento desse período é que “...todos os homens são, por natureza, essencialmente idênticos entre si.” (1990, p. 51) A partir dessa tese há uma idéia de universalidade e identidade; dentro de uma concepção marxista a tese do sujeito individual muda para a tese da história. O sujeito, a partir desse momento, começa a ser pensado como nação, cultura, classe social, raça, ou seja, como sujeito coletivo.

Touraine opina que “... a idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, é a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, pela tecnologia

ou pela administração e, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelos interesses, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões.” (1995, p. 9)

A modernidade se identifica com o moderno e a modernização, num tempo em que a palavra mais ouvida e exigida é progresso, e isto não significa unicamente progresso nas idéias, mas também o das formas de produção e de trabalho, seja na industrialização e na urbanização, seja, por extensão, na administração pública e na organização da vida da população.

O progresso era identificado com a formação política do estado-nação, forma concreta da modernidade econômica e social. Mas, o conteúdo da nação, foi produto da revolução francesa como pensamento republicano e leigo, triunfo da razão sobre a tradição, o novo destruindo as velhas formas.

A modernidade é identificada com o capitalismo e para sua realimentação e seu dinamismo teve o conhecimento científico e tecnológico aplicados, tanto à produção dos homens, quanto aos valores e às mercadorias.

A nova religião seria o mercado, e seu funcionamento exigia racionalidade que dependia da liberdade pessoal. “Através da ciência e do conhecimento sempre renovado, do cálculo formal e matemático, coloca-se um novo pré-requisito aos indivíduos: a liberdade estatuída pelo direito positivo formal. Liberdade que se singulariza através de códigos prescritos em termos de regras formais aderidas ao estatuto do homem livre, sendo geradas, a partir dele, as duas condições que constituem o capitalismo como modernidade”: o capital não originário de acumulação primitiva porém resultante de violência e “relação política” e o trabalhador livre e assalariado. (HIRANO, 1991, p. 4)

O capitalismo como materialização da modernidade exigia um processo de transformação dos lugares em que penetrava, pois era o “progresso” que chegava. Como se identificava esse progresso? em primeiro termo havia que racionalizar o trabalho. Palavra de ordem da in-

dústria desde as concepções de Taylor e Ford até Lenine, discípulo muito aplicado e entusiasta dos dois anteriores. Em seguida, havia que intensificar um poder político, que mobilizasse as energias, para obter uma modernização acelerada. Finalmente, a necessidade de subordinar as tradições, os regionalismos e o senso de pertencer ao lugar para obter uma poderosa integração nacional.

Esta correspondência entre a razão e a vontade resultava numa subordinação do indivíduo à sociedade e, desta, a uma produção modernizada e ao poder do estado, o qual poderia exigir uma mobilização coletiva, com apelo à racionalização e ao desenvolvimento, que resultava no progresso.

Este paradigma se afirmava em três pilares de sustentação: O Estado Moderno, o Mercado e a Cidade.

Enfim, poderíamos continuar falando de modernidade por muito mais tempo, mas a verdade é que, desde o final do século XVIII a modernidade tem como projeto a emancipação da sociedade, a partir dos pensadores burgueses, que sustentam o ideário da Revolução Francesa, assim como as doutrinas sociais do liberalismo inglês e do idealismo alemão; paralelamente surgem os marxistas e posteriormente os neomarxistas, e os defensores da Teoria Crítica Alemã. Todos eles têm, como epicentro de suas idéias, a defesa da liberdade do indivíduo e o direito à igualdade perante a lei e perante as condições econômicas.

Quanto ao conceito de pós-modernidade, Jean François Lyotard escreve, em seu livro "La Condition Postmoderne" que a palavra se usa no continente americano a partir dos sociólogos e dos críticos, em virtude do estado da cultura e da realidade social, após as transformações que afetaram as "regras do jogo" tanto nas ciências, como na literatura e nas artes. Num outro momento, o mesmo autor nos ensina que o termo quer reafirmar o conteúdo de verdadeiro e do justo, que vem a faltar e que a modernidade não concretizou.

Jean Chesneaux se interroga "como caracterizar nossa sociedade dos anos 80? "Sistema técnico" diz Ellul, para quem toma como base a hegemonia da tecnologia; "Sociedade Pós-Industrial" afirma Touraine, a quem preocupa as transformações no sistema de produção. Primado do produtivismo e da tecnocracia, afirmam os ecologistas. Uma etapa nova do capitalismo, asseguram os marxistas.

É um conceito periodizador, que mostra traços novos na cultura, na emergência de um novo tipo de vida social e uma nova ordem econômica, denominada, eufemisticamente, de sociedade pós-industrial ou de consumo, sociedade dos meios de comunicação ou do espetáculo ou do capitalismo transnacional. Observa-se, também, na sociedade, uma cultura de massa hedonista e psicodélica que não é mais, aparentemente, revolucionária.

Concomitantemente, os meios de comunicação formaram uma multiplicação geral das visões do mundo: um Weltanschauungen mundializado. Tomaram a palavra as minorias de todas as classes, e todas as culturas e subculturas se fizeram públicas. A lógica do mercado e da informação perpassou todos os limites e, numa ampliação contínua de notícias, "tudo" é objeto de interesse e de mercantilização.

O ocidente vive uma pluralização de concepções irresistíveis. "Hoje é impossível assumir o mundo da História sob pontos de vista unitários" (VITTINO, 1990, p. 5) A realidade é o resultado de cruzarem-se, de inter-relacionarem-se, de "contaminarem-se" múltiplas imagens, de interpretações que distribuem os meios de comunicação em concorrência mútua sem uma linha ou coordenação central.

Na sociedade de comunicação generalizada e de vários conteúdos, a pluralidade de culturas hoje é muito mais concreta do que se poderia imaginar e, muito mais interconectada com as diferenças particulares dos seus lugares de origem. Vittino nos diz que "viver neste mundo múltiplo significa fazer experiência da liberdade entendida como oscilação contínua entre

pertinência e desfazimento.” Liberdade problemática pela banalidade assumida, estereotipada e vazia de significados e de compromissos.

Do ponto de vista teórico, a denominada pós-modernidade nega o universalismo, a generalização, que eram qualidades e procedimentos inerentes da modernidade. Valoriza o caráter único e excepcional, admite a necessidade de se chegar ao conhecimento por outras vias de legitimação que, nem sempre, podem proceder da racionalidade: tais como a inspiração, os sentimentos, a indeterminação, a polimorfologia, a polissemia, enfim, interpretações que negam a validade da razão totalizante e toda generalização produzida por leis gerais. Em oposição aos modernistas, há uma predominância do irracional tomando como princípios as formas, as cores, as imagens, as metáforas, os sentidos, permanentemente reatualizados e reconstruídos.

O maior indicador do movimento que se poderia chamar de pós-moderno, talvez seja a crítica às raízes iluministas, ao poder absoluto da razão e com ela à ciência postas, agora, sob suspeita. Há uma adesão irrestrita a um movimento de hermenêutica. Nas sociedades pós industriais, ou, chamemos, mais desenvolvidas, as transformações tecnológicas do saber foram consideráveis e afetaram as principais funções como são a pesquisa e a transmissão do conhecimento. Seguidamente a estes “desastres” um outro questionamento de grande alcance se esboça: os “metadiscursos” na expressão de Lyotard (1979, p. 12), as grandes narrativas, não mais atingem os objetivos propostos. Menciona por exemplo uma multidão de acontecimentos de ordem histórica, que não responderam às necessidades da realidade social. O discurso cristão de redenção do pecado de Adão pelo amor, “...a narrativa aufklarer da emancipação e da servidão pelo conhecimento...” o discurso marxista da emancipação da exploração e da alienação pela socialização do trabalho, a narrativa capitalista de que se chegaria ao desenvolvimento e se terminaria com a pobreza do mundo, através do avanço técnico-industrial.

Finalmente, uma antítese do discurso da modernidade, apregoa o anarquismo epistemológico, tomando como exemplo as idéias de Feyerabend e apoia as pesquisas pequenas e descomprometidas. Nega os megaprojetos de investigação e se volta, com ênfase, ao diferente e estimulante enquanto objeto de pesquisa. Contesta o método científico, que considera um dogma, e a estrutura rígida e hegemônica do conhecimento racional. Em oposição aos princípios da modernidade, considera que há, na base do conhecimento, um irrealismo (intuição?), que, nem sempre, é produto do binômio razão/ciência e que, pode ser, também, mito/ magia/religião. Negá-lo, constitui uma ideologia autoritária dos cientistas.

Mito e razão devem ter vínculos estreitos dados pela proximidade sujeito-objeto. Valorizar o momento particular e único como instância na progressão do saber.

Vattino nos propõe reintroduzir a hermenêutica nas ciências sociais como um novo “idioma comum à filosofia e à cultura nos anos 90 e assim suprimir as interpretações marxistas e estruturalistas, globalizantes, doutrinárias e autoritárias predominantes até os anos 80. “O horizonte da hermenêutica abriria espaço para um conhecimento não hierarquizado, menos pretensioso em suas generalizações e mais atento às especificidades, pois não está comprometido com uma ordem lógica, estável e geral”(GOMES, op. cit. 1996, p. 24)

### **Na Procura da Essência**

Entraremos no tema falando da epistemologia da ciência como um todo, elemento fundador da modernidade, e dos paradigmas nos quais a nossa disciplina está inserida. A Geografia não é separada nem divorciada do contexto de visão do mundo, da mentalidade, do Weltanschauung dos alemães, do pensamento filosófico que lhe dera origem.

Ao final dos anos 80 os paradigmas da ciência moderna, é sustentado no pensamento racional, já que a razão foi desde o final do século

XVIII a fonte de todo conhecimento, da norma, do direito, da verdade. Fonte da ordem, do equilíbrio, do progresso, da civilização, são conceitos emitidos desse sistema moderno de acesso a um mundo considerado humano, a um domínio da natureza a partir da razão. A racionalidade moderna exigia o enfrentamento objetivo do sujeito frente ao objeto, a explicitação do método científico, as normas precisas para a condução do pensamento que produzem o conhecimento. Todos estes alicerces da ciência moderna se encontram numa profunda crise. Isto significa que esses paradigmas, não correspondem mais à necessidade do pesquisador e às respostas que procura.

As normas que compunham as características das ciências na modernidade, sustentadas nas expressões metafísicas, traziam como exigência "... a apreensão de algo exterior ao intelecto ou pensamento, e preexistente a ele e a suas operações. É que apreendido e incorporado ao pensamento se faz conhecimento". (PRADO JR, Caio 1979, p. 5). Conceitos como essência e verdadeiro deviam dar a autenticidade ao conhecimento.

O longo período que se denomina de modernidade, que para alguns, nasce com Descartes no século XVII e, para outros pensadores, com o Descobrimento da América (Octavio Paz), que se estenderia até os anos 70, definido como o longo tempo de domínio da racionalidade, "...constrói sua identidade muito mais sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas "contracorrentes" contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante". (GOMES, 1996, p. 26).

Nesse conjunto de princípios de domínio da racionalidade, aceitava-se a idéia de movimento de progressão, que, em última instância, permitia a aproximação da realidade de um fenômeno, através da lógica científica e da verdade universal. O progresso é, no dizer do escritor Bengali, a carruagem que levaria todos os povos da terra a participar da civilização e do domínio da cultura

européia. Esse progresso, em ascensão gradual do conhecimento, permite a ruptura que daria uma espécie de evolução entre a crise e os momentos de ascensão. Esta concepção de movimento é particularmente interpretada, tanto para o processo histórico, como para o conhecimento científico. Gomes nos afirma que: "a crise é o anúncio de uma modificação, é também o signo da confrontação entre dois níveis de compreensão, o antigo e o novo. Este último terá sempre êxito nesta luta pela demonstração de sua superioridade e adequação de sua argumentação, continuando, assim, a marcha inexorável que visa a uma posição mais justa, mais adequada e mais poderosa do ponto de vista dos instrumentos da racionalidade"

Este raciocínio, sustentou todas as grandes bases epistemológicas, desde Kant, Hegel, Comte ou Marx. De qualquer maneira, há, embutidos nestas diversas concepções do pensamento científico moderno, os conteúdos diferenciados de espaço e de tempo.

Porém, a partir de qualquer opção epistemológica que se faça, não há possibilidade de se escapar de fazer uma reflexão sobre a ciência de um repensar hermenêutico, o que significa que, para podermos compreender a produção geográfica hoje, o existir da Geografia nos dias atuais, devemos compreender a totalidade das ciências. Citando Gadamer, (in: SANTOS, 1989, p. 12) "...o todo e a parte são aqui, de algum modo, uma ilusão mecânica, pois o princípio hermenêutico é o de que a parte é tão determinada pelo todo como o todo pelas suas partes"

Os anos 90 nos introduzem numa crise epistemológica, na qual os paradigmas conhecidos como produtos da modernidade já não respondiam à nova realidade que o mundo nos apresentava. As oscilações decorrentes das interpretações empiristas, de bases positivistas até as funcionalistas e estruturalistas de fundamentação marxista ou, não haviam se esgotado. Os modelos metodológicos que exigiam a formulação de leis, assim como de sistema, estrutura ou de pro-

cesso, após esta profunda crise, deixaram alguns sedimentos, o que permitiu aos geógrafos, provavelmente os mais temerosos de enfrentar os problemas epistemológicos, a certeza de que o conhecimento, assim como a ciência, estão em permanente transformação. Esta situação se deu nas Ciências Sociais como um todo, e dentro da Geografia também, como resultado da sua existência sustentada no fenômeno da "realidade social"

Através da reflexão hermenêutica, consegue-se transformar a ciência de algo estranho, longe das nossas vidas, incompreensível, num objeto familiar, próximo, falando nossa língua e, o mais importante, fazer-se compreensível, para comunicar-nos aos leigos, as suas valências, os seus limites, "...os seus objetivos e o que realiza aquém e além deles, um objeto que, por falar, será mais adequadamente concebido numa relação eu-tu (a relação hermenêutica) do que numa relação eu-coisa (a relação epistemológica) e que, nessa medida, se transforma num parceiro da contemplação e da transformação do mundo"(SANTOS, 1989, p. 13). Aceitar esse novo olhar sobre a ciência é resgatá-la dos princípios dogmáticos absolutos ou, aprurísticos, que desde Descartes com seu "Cogito ergo sum" à reflexão transcendental de Kant ao idealismo hegeliano, às diferentes reflexões filosóficas da história do pensamento científico trouxeram até os nossos dias. "...Trata-se de compreendê-la enquanto prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, acomodados ou revoltados." Consideram-se assim, situações, valores, comportamentos, atitudes, além de outras "circunstâncias" na expressão de Ortega e Gasset, que constituem o nosso existir.

A partir dessa atitude, do que se denomina o "círculo hermenêutico" se realiza uma desconstrução do corpo teórico, construído pela ciência sobre si própria e, as imagens que de si mesma fez, para tornar compreensíveis as razões desses objetos e imagens construídas. Sus-

tentada na concepção teórica de Bachelard, houve a necessidade de procurar desconstruir para construir uma nova forma de se "fazer conhecimento"

Esta reflexão, que fazemos a partir da Geografia, uma fatia do conhecimento, privilegiando-a como uma ciência social, que a partir dela será para uma totalidade "a realidade social" enfocaremos, abordaremos, analisaremos com o nosso instrumental teórico que dará uma forma diferente da mesma "realidade" Com a reflexão hermenêutica pois, procuraremos tornar compreensível o que as ciências sociais são na sociedade e o que elas dizem da sociedade. O conhecimento científico-social hoje, apresenta o nosso papel social e, assim sendo, a "autocompreensão do nosso estar no mundo técnico-científico contemporâneo."(SANTOS, 1989, p. 14)

As Ciências Sociais, entre as quais consideramos a Geografia *latu sensu*, tornam-se uma prática social, além de um conhecimento, na medida em que a objetivação seja apropriável e se transforme em subjetivável. Este processo acontece, quando os objetos sociais dos sujeitos sociais se convertem em conhecimento científico-social. Em resumo, afirma Souza Santos, "...a subjetividade científica é cada vez mais o produto da objetivação social."( 1989, p. 15)

Neste final de século XX, com o grande dinamismo do que Milton Santos denominou o "meio técnico-científico-informacional" o nosso "objeto-subjetivado" sofre de um dinamismo extremo. Assim Boaventura de Souza Santos nos volta a informar: "A análise das condições sociais, dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da pesquisa científica, antes acantonada no campo separado e estanque da sociologia da ciência, passou a ocupar o papel relevante da reflexão epistemológica"(1989, p. 57). O novo paradigma, que nos é apresentado e, que poderíamos chamar ciência pós-moderna (título que o próprio autor utiliza), para realizar a nossa pesquisa científica, parte do reconhecimento de que todo saber é social, signifi-



cando que os conceitos de historicidade e de processo, de liberdade, de autodeterminação e até de consciência – que pertenciam a valores pessoais do homem –, agora devem ser estendidos à realidade social, o que significa que a própria relação sujeito-objeto sofre uma mudança radical. Souza Santos cita Clausewitz para afirmar que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios, e conclui afirmando que "...o conhecimento científico é autoconhecimento"

Nesse novo paradigma, que os epistemólogos denominam de ciência pós-moderna, ela é definida como "...assumidamente analógica que conhece o que conhece pior através do que conhece melhor" (SANTOS, 1989, p. 63)

Esta forma de interpretação nos permite estudar a relação sociedade-natureza sem desprezar os sistemas de crenças, os juízos de valor, os preconceitos, os costumes, sem que sejam considerados elementos do senso comum ou como descrições não-científicas. Particularmente para a Geografia, reformula princípios que estão na essência da chamada Geografia Moderna, ou seja o da analogia ou comparação, só que, neste momento, com novos conteúdos, não só puramente descritivos, formais ou generalizantes.

Como integrantes de um mundo perpassado pela comunicação, nas exigências metodológicas, há necessidade de participar desse rumo. A comunicação do conhecimento é a essência do seu ser social. Tem que ser considerado, assim mesmo, que todo conhecimento é local e ao mesmo tempo é total, porque a parte é o todo e, o todo é a parte, segundo nos interpreta a visão hermenêutica da ciência

Embora, respeitando-se a fragmentação das disciplinas, a divisão do conhecimento hoje, não é disciplinar, é temática. "Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros" (SANTOS, 1989, p. 65). O conhecimento avança na medida em que o objeto se expande como as raízes de uma árvore, procede pela diferença e pelo alongamento de

fronteiras na busca de novas e mais variadas interfaces.

Esta nova forma de analisar o conhecimento entre o local e o total, traz também uma nova maneira de perceber que, o ser total não é determinístico, e sendo local não é descritivista. O autor suma-citado nos afirma: "É um conhecimento sobre as condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento desse tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde à língua que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos essa pluralidade de métodos só é possível mediada pela transgressão metodológica" Esta visão diferenciada da ciência, permitirá, cada vez mais, uma aproximação entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Os quatro momentos do conhecimento científico que podemos mencionar como da observação, da descrição, da explicação e da interpretação, em cada particularidade epistemológica teve valorização diferentes. Hoje afirmamos que, nessa transgressão metodológica, a distância entre a descrição e a explicação será cada vez mais curta. Milton Santos afirma que descrição e explicação são inseparáveis. Deve fazer parte dos alicerces da descrição a vontade da explicação (1996).

### **Demonstrando a Existência**

Os conteúdos dos conceitos de espaço e de tempo, que constituem a essência da nossa interpretação científica como geógrafos dos estudos sobre a relação natureza e sociedade são o que muda nos diferentes momentos epistemológicos do nosso ramo do saber entre a Geografia da modernidade e a Geografia da pós-modernidade.

Se o objeto da Geografia é o espaço, o conceito dele foi mudando nos diferentes momentos do pensamento científico. Num primeiro momento, ele foi concebido como ambiente físico, o condicionamento e o determinante natural da sociedade. Posteriormente, é o estudo das relações espaciais e da distribuição no interior de seu espaço geográfico, embora considerando que a organização e a estruturação desse espaço pertencem ao homem. Há nesses conceitos uma forte influência do caráter de espaço absoluto de Newton, o qual era considerado, junto com o tempo, como categorias de ordem imanentes. Assim mesmo, tanto o espaço, como o tempo, seriam classificados no que Aristóteles denominou determinantes dos dados sensíveis.

Os conceitos de espaço introduzidos pela física predo minaram na Geografia até os anos 70, quando, por influência das concepções materialistas da história, tomam uma nova conotação.

Assim, a física nos trouxe a idéia do “espaço caixa” no qual se coloca determinado número de objetos. Trata-se neste caso de uma propriedade do objeto material caixa que é, ao mesmo tempo considerado real, porém nesta definição o conceito espaço adquire um significado que é livre de qualquer relação com um objeto material particular. “Por este caminho, através de uma extensão natural de “espaço-caixa” pode-se chegar ao conceito de um espaço independente (absoluto), de extensão ilimitada, no qual são contidos todos os objetos materiais. Então um objeto material que não esteja situado no espaço é simplesmente inconcebível; por outro lado, no esquema de formação deste conceito, é perfeitamente concebível que possa existir um espaço vazio”(BETTANINI, 1982, p. 17)

Se a percepção do espaço tinha uma forte influência da física, também o era o tempo, já que nos primórdios estava direcionado à sua relação com o espaço. Posteriormente, a percepção do tempo entra numa nova dimensão, pela influência da civilização judaico-cristã. Nessa tradição o tempo é um Dom Divino, é elemento fun-

damental de articulação da História. O tempo que possui um fim em si mesmo, um tempo teológico, um tempo que é uma doação de Deus para usufruto dos homens, da mesma forma que Deus outorgara outros frutos da natureza, a terra, a água, o sol, as plantas, os animais; era o tempo apropriado à interpretação da Gênese. Como tal, esse tempo “...não poderia ser submetido ao controle dos homens, não poderia ser utilizado para permitir ganho material aos homens, pois tal fato significaria a exploração de algo que não pertencia aos homens” (GLEZER, 1992, p. 5)

Nas sociedades pré-modernas, nos diz Giddens, o tempo ainda estava intimamente ligado ao espaço. Media-se aquele em relação a este. A experiência do tempo está na relação com a experiência do lugar. Há uma relação natural entre estes elementos. No período de intensificação das atividades comerciais, e ao iniciarem-se as viagens interoceânicas, as distâncias começam a ser calculadas em tempo e, este, igual ao espaço, se torna objeto de contagem e de medida. Assim, surge um tempo novo e um espaço novo, “mensurável, orientado, previsível, sobreposto ao tempo eternamente recomeçado e imprevisível do meio natural”.(GLEZER, 1992, p. 6)

Com a denominada “modernidade” o tempo adquire uma nova forma de percepção, agora há um esvaziamento das antigas relações e, em conseqüência, a ciência e a técnica criam um tempo hegemônico, escravizante, que se impõe ao indivíduo, tempo com uma lógica absoluta de mensuração, “tempo comedor de tempo”

A modernidade criou um tempo seqüencial, com operações de controle, com atitudes de significados para a produção de lucros e rendas rígidas, com ordens imutáveis. É um tempo compartimentado, com valor financeiro, de produção, de uso e de consumo, o tempo da realização rápida da mercadoria. É o tempo real que tornou o homem seu escravo. A maior realização da modernidade foi a formação do modo de produção capitalista, e este conseguiu converter o tempo, Dom de Deus, em tempo como Servidor a um tempo, Senhor e escravizador, dos dias



atuais. A modernidade recusa o passado porque é uma perda do tempo, a razão, essência desse tempo, não permite ficar no passado. Com as grandes transformações que a modernidade trouxe, como diz Giddens, o espaço vai ficando cada vez mais longe do tempo, pois fomenta relações localmente distantes ou de interações face a face. "Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles." (1991, p. 27) Há um "esvaziamento de tempo" como pré-condição para o "esvaziamento do espaço"

Harvey igualmente discute a concepção do tempo-espaço, antes e após o iluminismo, como um dos paradigmas da modernidade e, em especial, o espaço estreitando-se cada vez mais pelo tempo. O pensamento modernista encara o domínio da natureza como uma materialização da liberdade humana. "Sendo o espaço um "fato" da natureza, a conquista e organização racional do espaço se tornaram-se parte integrante do projeto modernizador. A diferença, desta vez, era que o espaço e o tempo tinham que ser organizados, não para refletir a glória de Deus, mas para celebrar e facilitar a libertação do "homem como indivíduo livre e ativo, dotado de consciência e vontade" (1989, p. 227). Essa imagem, esse mito, trouxeram as grandes transformações à América Latina e ao resto do mundo não europeu.

Essa concepção do "espaço caixa" e de tempo atemporal, teve forte influência nos estudos da Geografia Moderna, porquanto a definição da Geografia estava em concordância de como os fenômenos físicos, biológicos e humanos estavam distribuídos, colocados dentro dessa "caixa" que era a superfície terrestre. Esse espaço era contínuo, isotropo (com as mesmas qualidades físicas em todas as direções), homogêneo, finito ou infinito, dado que era completamente independente de sistema de relações. Era o espaço da localização, dos inventários dos recursos naturais, enfim o espaço dos quatro parâmetros de comprimento, largura, altura e duração, a medida do

tempo considerada imediata, é o espaço "meio-ambiente" que trouxe à Geografia preconceitos que perduram até os dias atuais.

Esses conceitos, de espaço e de tempo, foram as bases da Geografia dos chamados "pais da Geografia Moderna": Humboldt e Ritter além de Ratzel, da chamada escola determinista e dos possibilistas franceses, foi a Geografia distribuída pelo resto dos países, tanto do mundo anglo-saxônico, como do mundo latino.

Humboldt, escreve Quaini citando Almagià, "...restituiu à geografia, quase que de todo esvaziada de seu conteúdo, objetos, métodos e critérios de ciência original de caráter essencialmente naturalista; de ciência tendo tarefas próprias, muito amplas e bem diferenciadas das de outras ciências que no passado floresceram de seu tronco" (QUAINI, 1983, p. 22).

Lucien Febvre, procurando as bases componentes da origem da Geografia moderna, escreve: "Uma científica: na gênese da geografia moderna é conhecida a função desenvolvida por naturalistas e viajantes, desde Humboldt a Richtofen e Ratzel. A outra, política, no sentido mais amplo do termo: toda a progênie intelectual, toda a série dos herdeiros espirituais de um Montesquieu poderia ser encontrada diante de nós. A terceira, finalmente histórica: porque o tempo em que nenhuma geografia, com o significado atual do tempo, existe ainda, foram em primeiro lugar os historiadores, pelo próprio progredir de seus estudos particulares, a se verem obrigados a formular uma série de problemas, não propriamente geográficos, mas que tinham alguns elementos de ordem geográfica." (citado por QUAINI, 1983, p. 22)

Interessante destacar que esse espaço receptáculo, divorciado do tempo, ou melhor dito, um tempo atemporal que também na sua percepção não produzia o espaço, como afirma Dollfus "Um espaço mutável que se descreve" está impregnado de toda uma terminologia de ordem biológica. Assim, Vidal de la Blache, um dos fundadores da geografia francesa no início do século, define a paisagem como "espaço con-

creto e localizável que pode ser descrito “e o denomina de “fisionomia” Outro autor francês se refere à paisagem chamando-a de “seres geográficos” A geografia tradicional, de base positivista, está impregnada de expressões com forte influência dos conceitos das ciências biológicas; marcam a necessidade de ser uma ciência natural que lhe davam a possibilidade de criar leis. Este fato, como diz Foucault, pertence ao projeto positivista que pretendia fundamentar sobre todas as ciências. Esse espaço receptáculo, tinha sua principal preocupação nas formas e na descrição das mesmas.

Todos estes autores se preocuparam em assegurar um estatuto científico à Geografia, proporcionar-lhe um lugar dentro da classificação das ciências, através de uma adaptação ao método científico por meio de leis e princípios gerais, definir seu campo de trabalho, classificar os fatos de seu domínio, e procurar uma hierarquia de valores. Mas, com passar do tempo, a Geografia se havia tornado o que Milton Santos denominou de “viuva do espaço” porque a sustentação da sua existência era debitada à “...história dos historiadores, a natureza “natural” e à economia neoclássica, todas as três tendo substituído o espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico.” (1978, p. 91)

Após as teorias da relatividade de Einstein, o conceito de espaço da física muda para o campo, no qual está embutida a idéia de campo de forças. A definições do espaço na Geografia se tornam “o espaço como um sistema de relações “ou, também, o espaço como “reflexo da sociedade” O próprio Lefebvre define a cidade como a projeção da sociedade sobre o terreno ( O Direito a Cidade).

Interessante considerar que nos anos 60 e 70, tanto na Europa como nos Estados Unidos, nos estudos que se faziam, especialmente da cidade, se considerava o espaço como palco onde a sociedade se produz, sem nenhuma particularidade, como uma planície sem características pró-

prias e, o mais surpreendente, como se este não fosse propriedade privada.

De qualquer forma, foram os anos 70 que nos trouxeram a concepção de espaço mercador, a partir das teorias marxistas e de um enfoque metodológico com base no materialismo histórico, no qual o espaço tem valor de uso e valor de troca, que este recebe as diretrizes do papel do estado e dos conflitos sociais. Toma-se consciência, a partir dos trabalhos de Milton Santos, de que “produzir é produzir espaço” e mais ainda, que “...ele é simultaneamente produtor e produto; determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa aceção, o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social” (1978, p. 130)

A Geografia, nos diz Pierre George em 1966, “é o resultado e o prolongamento da História” e continua afirmando como historiador do atual deve -aplicando métodos próprios- se preocupar com os estudos da História materializada no espaço. A cidade em especial a metrópole -é, sem dúvida, esse “reescrever” do tempo no espaço, tanto na sua forma, como no seu conteúdo. (p. 21)

Bachelard faz referência à interpretação da relação amalgamada espaço-tempo e “mostra como tudo está contra esta idéia a imaginação, os sentidos, as representações: só vivemos o tempo esquecendo o espaço, só entendemos o espaço suspendendo o curso do tempo, mas a fusão espaço-tempo é uma relação total...”(BACHELARD, 1929, p. 99, citado por BARBOSA, 1996 p.114)

Milton Santos define o espaço “como acumulação desigual de tempos” (1978, p. 209), e a maior expressão dessa acumulação desigual é a metrópole, porque esse espaço representa diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade.

A partir do momento em que a Geografia deixou de pensar o espaço como absoluto e pela

relação espaço-tempo, produziu-se um novo conteúdo na interpretação da realidade.

Ao finalizar os anos 70 e, principalmente no começo da década de 80, se fecham os grandes debates acerca do papel do espaço na interpretação materialista da realidade, especialmente no desenvolvimento capitalista, numa relação dialética entre a sociedade e o conteúdo, que teria o espaço nesta visão. Soja citando Gregory o qual transcrevemos nos diz: "A análise da estrutura espacial não é derivada e secundária à análise da estrutura social, como sugeriria a problemática estruturalista: antes, uma exige a outra. A estrutura espacial não é, por conseguinte, meramente a arena em que os conflitos de classe se expressam (SCOTT, 1976, p. 104), mas é também o campo no qual e, em parte, através do qual as relações de classe se constituem, e seus conceitos devem ter lugar na construção dos conceitos de determinadas formações sociais (...) as estruturas espaciais não podem ser teorizadas sem as estruturas sociais, e vice-versa, e (...) as estruturas sociais não podem ser praticadas sem as estruturas espaciais e vice-versa" (1978, p. 120-1).

Para concluir este processo, finalmente, o espaço é considerado uma instância social, ocupando o lugar de mercadoria no modo de produção capitalista e sofrendo todos os defeitos e as qualidades de qualquer outra mercadoria, inclusive o fetichismo do consumo exagerado, mesmo que ele possua características especiais.

Porém esse paradigma do espaço-mercadoria, visão economicista, também esgota sua forma de interpretação no início dos anos 90, porque a ciência, como já mencionamos, tem outras visões e perspectivas. Embora a realidade econômica do espaço não mudou, ela só já não satisfaz da explicação e da interpretação.

Entre as novas formas de abordar o espaço dentro da Geografia pós-moderna, destacamos o conceito de lugar, de região, de território, de paisagem; em todos eles estão embutidos os conceitos de local e de global. Há nesses antigos conceitos geográficos uma nova concepção de tem-

po. Mas, sem dúvida, no conceito de lugar há um denso conteúdo de cotidianidade marcado pela cultura e pelo imaginário.

Os conceitos de lugar mudaram a partir de uma dimensão puramente física. Vidal de la Blache definia a Geografia como a ciência dos lugares- a uma expressão de inserção no processo de totalidade. Lefebvre afirma que "a história de um dia, engloba a do mundo e a da sociedade" e eu concluo, acrescentando, também, a do lugar. (1991, p. 8)

Os lugares que hoje a geografia estuda devem ser considerados como um componente de nossa identidade de sujeitos, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as nossas ações; o lugar como expressão da paisagem e da cultura, de experiências e significações diferenciadas. O lugar concentra significados, pensamentos e os sentimentos dos seus habitantes. A especificidade dos lugares traz, no seu bojo, o estudo das paisagens em função das experiências diferenciadas e dos significados, também diferenciados. Por esta linha de abordagem, da chamada Geografia Humanista, é possível interpretar os lugares com novas dimensões simbólicas e culturais, concebidos "...como uma paisagem vivenciada holística e sentida em todas as suas dimensões, inclusa a temporal" (BALLESTEROS, 1992, P.II).

Esta vertente de interpretação humanista, na versão existencialista afirma a existência de uma potencialidade de tempo, de uma empiricidade do tempo, de grande conteúdo no lugar e que Ballesteros citando Samuels afirma: "...o tempo é sempre algum lugar e o lugar é sempre algum tempo"

Milton Santos igualmente define o lugar "...como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização, os regimes de regulação" (1994, p. 34)

Porém o lugar, a interpretação e vivência do mesmo se diferenciam segundo as classes so-

ciais, os gêneros, a condução de origem, o grau de cultura, entre outras categorias. Assim, o lugar não só nos remete a um território habitado, mas, também, a uma posição dentro de um sistema social.

Estes conceitos emitidos nos remetem a outros muito importantes para a nossa realidade de Terceiro Mundo. Estes são os de tempo e de cultura. Ambos estão interligados. Qual é o significado de tempo para nós hoje, na nossa realidade de pós-modernidade? Em primeiro lugar diremos que se trata de um tempo social, que inclui nele todas as outras concepções de tempo conhecidas, além de possuir a essência do tempo histórico que é ideológico, político e cultural. A percepção do tempo histórico é a percepção das mudanças e das transformações. O tempo social inclui em seu conteúdo valores.

Entendemos por cultura um sistema de ordens significativos e sistemáticos, que relacionam o material ao social por meio do simbólico. Marilena Chauí define cultura como "...criação coletiva de representações, valores, símbolos e práticas que determinam para essa coletividade suas formas de relação com o espaço, o tempo, a natureza e os outros homens, definindo o sagrado e o profano, o necessário e o possível, o contraditório e o impossível, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o legítimo e o ilegítimo, o "nós" e o "eles" " Continua Chauí dizendo que "a ordem humana da cultura é a relação simbólica com o ausente, isto é, a linguagem, o trabalho, a história e a morte." (1993, p4)

Estas concepções teóricas levam os geógrafos pós-modernos a se preocuparem com

os problemas ambientais, não como elementos da natureza, que já não existem, mas como conseqüências culturais, produzidas num espaço que se define como sistema de objetos e sistema de ações. Levam também a se preocuparem com a história do presente, na qual a religião, o lazer, o turismo, os gêneros, os grupos minoritários, e o consumo se materializam num lugar, numa região, num território, num espaço com tempos e culturas diferenciados. Formas e conteúdos próprios de nosso tempo, de nossa visão de mundo.

Para concluir, diremos que as categorias do método geográfico não se esgotaram, embora formuladas por Milton Santos ao final da década de 80. Hoje elas possuem novas formas de interpretação. Analisamo-nas com uma visão hermenêutica. Qual o significado desta palavra que foi tão usada ao longo deste artigo? Hermenêutica vem do grego *hermeneutiké* que significa arte de interpretar, expressão de um pensamento e a sua explicação. Esta forma de análise foi muito usada na Idade Média para estudar as Sagradas Escrituras, pois elas deviam não só ser traduzidas, como também interpretadas segundo os significados lingüísticos, sociais e espaciais da época. Chama-se também hermenêutica a interpretação do que está expresso em símbolos, assim como toda expressão humana escrita ou não, desde as obras de arte até os relatos populares.

Como reflexão filosófica é uma forma de análise interpretativa sobre símbolos religiosos e mitos, e, em geral, sobre qualquer forma de expressão humana, em oposição à análise objetiva e ao pensamento lógico.

## Bibliografia

BALLESTEROS, Aurora Garcia (ed). *Geografía y Humanismo*. Barcelona, Oikos-Tau, 1992.  
BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Trad. Liliana Laganá Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

CASULLO, Nicolás. "Modernidad, biografía del ensueño y la crisis" In: Casullo, N. (organiz.): *El Debate Modernidad Pós-Modernidad*. Buenos Aires, Punto Sur Edit. 1989.

- CHAUI, Marilena. *Raça e Cultura. Aula Inaugural FFLCH-USP*, São Paulo, 1993.
- DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1972, coleção Saber Atual.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. 2 edic., São Paulo, Edit. UNESP, 1991.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 2 edic. São Paulo, Edic. Loyola, 1989.
- HIRANO, Sedi. *Formação da Sociedade Moderna no Brasil*. Texto de sistematização crítica apresentado à FFLCH para obtenção do Título de Livre Docência em Sociologia. São Paulo, 1991.
- QUAINI, Massino. *A Construção da Geografia Humana*. trad. Liliana Laganá. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1995.
- LEMOS, A. I. Geraiges de. *A Metropolização nos Países do Terceiro Mundo*. Prova de Erudição para a obtenção do título de Professor Titular em Geografia. FFLCH-USP, nov. de 1997
- LEMOS, A.I. Geraiges de. *Em Busca de Novos Paradigmas no Estudo do Urbano: a metrópole*. In: Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro (S.P.), 1991, vol.21,n. 42.
- LEMOS, A. I. Geraiges de. *Formação Sócio-espacial e Lugar como mediação: "As Paisagens do Nordeste na Cidade de São Paulo"* In: *Revista do Departamento de Geografia -FFLCH-USP-*, ano 1997- n 12.
- LEMOS, A.I. Geraiges de. *Modernidade e Metrôpoles Latino-Americanas*: Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tese de Livre Docência apresentada ao Dep. de Geografia, FFLCH-USP, 1996 (mimeog.)
- PRADO JUNIOR, Caio. "Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista" In: *Seleção de Textos*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1979, n 6.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo, Hucitec-EDUSP, 1978.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec. 1994.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a Uma Ciência Pós Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Souza. "Um discurso sobre as ciências na transposição para uma ciência pós-moderna" In: *Revista de Estudos Avançados*. USP, maio/agosto 1988, vol.2,n 2, p. 46-71.
- SOJA, Edward. W. *Geografias Pós-Modernas*. Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 2 edic., Petrópolis, Vozes, 1994.
- VATTINO, G e Outros. *En torno a la Posmodernidad*. Barcelona, Anthopos, 1990.

